

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Monte Mor, Estado de São Paulo**


**DENUNCIA POR PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE DE DANOS AO  
ERÁRIO**

**EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, PREFEITO DO  
MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

**ALEX SIMPLICIO FURTADO**, brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de Monte Mor, T.E. nº [REDACTED], Seção [REDACTED], Zona [REDACTED], portador da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Rua [REDACTED], nº [REDACTED], [REDACTED], CEP [REDACTED], município de Monte Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone [REDACTED], vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, apresenta da presente denuncia para a instauração do que segue:

**COMISSÃO PROCESSANTE PARA CASSAÇÃO DO MANDATO**

do prefeito municipal **Sr. Edivaldo Antônio Brischi**, com fulcro no **artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/67** e no **artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor**, apresentar denúncias contra o **Sr. Edivaldo Antônio Brischi, por cometimento de infrações político administrativas** durante o exercício de seu mandato de Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo. Devendo essa casa Legislativa, por seus vereadores eleitos representantes do povo, acolha a presente denúncia e



proceder o julgamento rigorosamente na forma que dispõe a legislação pertinente e ao final, que a denunciado seja totalmente procedente e tenha o denunciado seu mandato de Prefeito cassado, nos termos que seguem:

## DOS FATOS

Preliminarmente se faz necessário, expor o contexto do município de Monte Mor/SP, em janeiro em 2021, no que se refere à área da Saúde e a falta de aplicação de políticas públicas.

O atual governo municipal foi empossado em 01 de janeiro de 2021, para o quadriênio de 2021 a 2024, recebeu a administração com apenas 01 hospital, mantido pela **Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, sob intervenção judicial, e recebendo repasses através do Termo de Colaboração nº 04/2021, cuja aprovação se deu em votação na primeira Sessão Extraordinária do ano legislativo de 2021, no valor de R\$ 12.000.000,00/ano, portanto com autorização legislativa que tem o poder dever de fiscalizar todos os atos em nome da supremacia do interesse público.

Recebeu ainda uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, (inacabada) cujo valor de repasse de convênio já não mais existia, devendo ser concluída com recursos próprios.

Não obstante a isso, mais 15 convênios federais e estaduais considerados irregulares, por falta de informações abastecimento de dados.

Diante do quadro acima, por insistência do Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, **prefeito eleito de Monte Mor**, a empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, foi contratada, após licitação na modalidade Carta-Convite, para captação de recursos federais e abastecimento de dados dos supostos convênios irregulares, com a promessa de regularização dos mesmos.

O prefeito de Monte Mor/SP, Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, é o ordenador de despesas. Mesmo editando decreto delegando competência aos secretário, de fato e de direito, todas as despesas do município é de responsabilidade o chefe do executivo.

Ordenador de despesa é "toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos." (Decreto-lei Federal nº 200/67, art. 80, § 1º); sujeita-se a procedimentos de tomadas de contas organizadas e realizadas pelos órgãos de controle interno (contabilidade e auditoria) e externo (**Tribunal de Contas**) e a **Câmara Municipal no caso dos municípios**.

O responsável pela gestão fiscal se fixa na pessoa do dirigente máximo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de



Contas, sem admitir delegação de poderes, submetendo-se a uma fiscalização quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto não há que se falar que um decreto ou qualquer outro ato administrativo possa eximir a responsabilidade o mandatário quanto a delegação de competência para ordenar despesas, o mandatário é o responsável pelos atos de que ele nomeou.

Ressalta-se que o ordenador de despesas não pode ser o agente subordinado que apenas assina o empenho ou servidor que realiza a liquidação ou o pagamento, trata-se de "autoridade administrativa", com poderes e competência para "determinar a ou não a realização da despesa, de cujo ato gerencial surge a obrigação de justificar o bom e regular uso dos dinheiros públicos" (MILESKI, 2003, p. 121).

Neste diapasão, não se tem como interpretar o conceito de ordenador de despesas por meio da literalidade do art. 80, §1º, do Decreto-Lei nº 200/67.

*Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.*


*§ 1º Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.*

Faz-se necessário interpretar conforme as diretrizes da Constituição Federal de 1988, que traz o conceito de "autoridade responsável" como gênero, logo, o ordenador de despesas é, sobretudo, uma "autoridade responsável" que possui a competência de ordenar despesas. Ademais, não se pode desconsiderar as consequências jurídicas e as responsabilidades administrativas do ordenador de despesas, **visto que responderá pelas contas do órgão público** perante o Tribunal de Contas, assim, não pode ser um subordinado qualquer, mas uma "autoridade responsável", que possui legalmente a competência de administrar o dinheiro público ou bens públicos e, responsável pela execução da despesa pública.

Se assim não fosse seria os diretores e secretários os responsáveis pelas contas anuais do órgão e no caso do executivo o único responsável pelas contas anuais é o prefeito municipal e no caso do legislativo o presidente da Câmara Municipal.

Quem é o prefeito ora denunciado em pouco mais de um ano de mandato, é um prefeito que responde as seguintes ações:

**UMA - Ação Popular (1000909-44.2021.8.26.0372) por nepotismo de sua esposa;**



**DUAS** - Ações Cíveis Públicas (1002393-94.2021.8.26.0372 e 1002388-72.2021.8.26.0372);

**UM** - Procedimento de Investigação Criminal – PIC nº MP 94.0531.0000239/2021-0, relacionado ao crime contra a dignidade da pessoa humana, no caso da expulsão dos moradores em situação de rua e além de,

**UMA** investigação na Polícia Federal sob nº 20220018291.

Não bastasse as ações acima elencadas ainda respondeu a uma Comissão Processante por cometimento de infrações político administrativas nº 03/2021, proposta por cidadão e aberta pela Câmara Municipal de Monte Mor, que resultou em 09 (nove) votos pela cassação e 06 (seis) pela absolvição, e, diga-se de passagem, com o voto de uma vereadora cuja parente na linha que caracteriza nepotismo de acordo com a sumula 13 do STF era secretário municipal. O que caracteriza ofensa ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor como define o artigo 279, inciso II.

Art. 279. Perde o mandato o Vereador:

(...)

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**Ora excelências, nobres vereadores o povo pergunta, e necessita de respostas.**

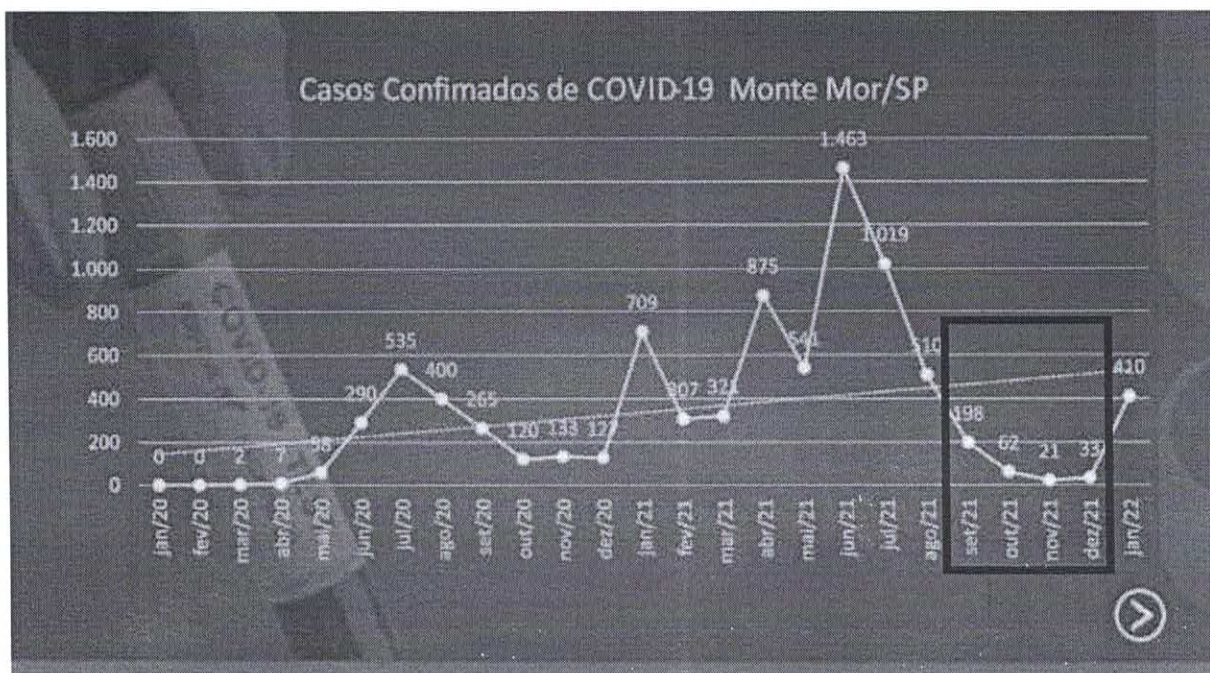
- 1- É LICITO, É DECORSO UM PARLAMENTAR INTEGRANTE DA CÂMARA MUNICIPAL, QUE DEVE FISCALIZAR O EXCEUTIVO TER PARENTE NOMEADO NA PREFEITURA COMO SECRETARIO MUNICIPAL?
- 2- O VOTO NA CP 03/2022 FOI UM VOTO COM INTERESSE ABSOLUTAMENTE PESSOAL?

## **DAS IRREGULARIDADES**

O ano de 2021 foi marcado pelo elevado número de contaminados e óbitos resultantes da infecção pelo vírus da Covid-19 em todo o país.

Desta maneira, a União, assim como no ano de 2020, disponibilizou recursos federais repassados aos Estados e Municípios, para o enfrentamento da Covid-19.





SECRETARIA  
DE SAÚDE



PREFEITURA DE  
**Monte Mor**  
Pela Lei Municipal nº 1.000/2010

Conforme informações publicadas nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, de janeiro de 2020 até dezembro de 2021, o município 7.996 casos de Covid-19, sendo que, no período de setembro de 2021 a dezembro de 2021, foram notificados 314 casos, o que representa **5,18%** do ano de 2021 e **3,93%** do total da pandemia, estes percentuais são importantes porque serão parâmetros para todas as análises desta denúncia.

Estranhamente as despesas neste mesmo período dispararam sem explicações e contrariando totalmente a queda do número de casos na cidade. Estamos falando de despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, tais como: subsídio ao hospital municipal, duplicidade de pagamento para local de atendimento especializado aos pacientes de Covid-19, contratação indevida de equipe de enfermagem, etc.

ANÁLISE DE DADOS COVID-19 (ANO 2021)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CASOS COVID	709	307	321	875	541	1.463	1.019	510	198	62	21	33
CISMETRO		R\$ 17.113	R\$ 65.573		R\$ 70.973	R\$ 45.483	R\$ 168.926	R\$ 76.250	R\$ 297.802	R\$ 765.135	R\$ 1.324	R\$ 371.446
ASSOC. CORAÇÃO DE JESUS						R\$ 20.000	R\$ 380.000	R\$ 350.000		R\$ 675.000	R\$ 196.000	

	CASOS	VALOR GASTO
JAN - ABR	2.212	R\$ 82.686 R\$ 37,38
MAI - AGO	3.533	R\$ 1.111.632 R\$ 314,64
SET-DEZ	314	R\$ 2.306.707 R\$ 7.346,20
	6.059	R\$ 3.501.025

A maioria das despesas relacionadas, exceto os valores dispendidos ao **CISMETRO (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NORTE)**, foram pagos com recursos estaduais ou federais voltados ao combate da pandemia sob código da ação 1133.



## PASSAMOS AS IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES PRATICADA PELO PREFEITO MUNICIPAL EM VAIAS DENÚNCIAS:

### DENÚNCIA 1

Com a disparada dos casos de internação em leitos de enfermaria e UTI's em todo o país, (Monte Mor não possui leitos de UTI), o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor determinou ao sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, de analisar os contratos administrativos e manter relações com os fornecedores da prefeitura. Além disso, por determinação do sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, passou a orientar o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Monte Mor, encarregando-se dos contratos administrativos e passando a buscar informações sobre disponibilidades de recursos estaduais e federais, junto a MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, que tem como sócio-proprietário o sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, ex- Diretor de Desenvolvimento Industrial da Prefeitura de Monte Mor e, cuja empresa, contratada através de "Carta Convite" passou a ser responsável pelo abastecimento de dados junto às plataformas interativas de programas governamentais, via internet, tendo inclusive a "senha master" do prefeito e se apresentando como assessor da prefeitura, em clara irregularidade administrativa, conforme quadro abaixo:

MUNICÍPIO DE MONTE MOR

45.787.852/0001-56

Voltar Para Resultado da Consulta | Nova Consulta

Dados Básicos

Responsáveis

Membros

Membros

CPF

Nome

Cargo/Função

Responsável

Cadastrador

\*\*\*.671.868-\*\*-ALEXANDRE CAMPOS-Secretario de Obras--

\*\*\*.071.048-\*\*-EDIVALDO BRISCHI-PREFEITO MUNICIPAL-✓-✓

\*\*\*.029.288-\*\*-MARCO SILVA-ASSESSOR--✓

\*\*\*.609.318-\*\*-RAFAEL BASSI-Assessor Convênio--

\*\*\*.157.038-\*\*-SANDRA BRUZON-Secretaria de Educação, Cultura e Turismo--

\*\*\*.995.978-\*\*-SILVANA ZANETTI-Secretaria de Finanças--

Dados obtidos junto ao site Painel de Transferências Abertas +Brasil (https://transfere.plataformamaisbrasil.gov.br/habilitacao/consulta-entidade.html)

Dados obtidos junto ao site Painel de Transferências Abertas +Brasil (<https://transfere.plataformamaisbrasil.gov.br/habilitacao/consulta-entidade.html>)

Ciente e a partir das informações repassadas pelo sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, sobre a existência de verbas públicas federais para o combate à pandemia da Covid-19, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, orientou o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, da possibilidade da instalação de uma unidade de atendimento exclusiva para os casos de Covid-19, em uma ala dentro do Hospital Sagrado Coração de Jesus, que não dispunha, na época, de um plano de contingenciamento e protocolos de atendimento exclusivos para o combate a Covid-19.



• Pagamentos da locação do imóvel "CASA COVID" durante o ano de 2020

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Destacamos ainda, o histórico da despesa **537843067** – “EMPENHO REFERENTE A LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ N 27 - PARQUE IMPERIAL MONTE MOR SP, ONDE ESTÁ A CENTRAL DE COVID (CASA COVID) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE VALOR MENSAL R\$ 1 500,00 CONTRATO ATÉ 06/02/2022” estornado posteriormente ao lançamento e pago no mês seguinte com o recurso do Tesouro.

Desta maneira, foi contratada uma empresa Vertical Organização de Eventos Ltda., para a instalação da chamada **TENDA COVID no Hospital, ao custo de R\$ 167.000,00, pago com dinheiro federal transferido pela União para uso no enfrentamento da Covid-19.** Não podemos esquecer o Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, é proprietário de uma empresa que presta esse serviço.

- Pagamentos da locação da “TENDA COVID” o ano de 2021



id_despesa	ano_exerc	mês_refer	mês_rel_ex	nr_empenh	dt_emissao	dt_despesa	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
517716295	2021	4 Abril	Valor Pago	1974-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 021 VERTICAL INFRA-ESTRUTURA P/ EVENT	07/04/21	R\$ 50.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
523604962	2021	6 Junho	Valor Pago	8068-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 021 VERTICAL INFRA-ESTRUTURA P/ EVENT	18/06/21	R\$ 54.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
521503284	2021	9 Setembro	Valor Pago	7100-2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 021 VERTICAL INFRA-ESTRUTURA P/ EVENT	23/09/21	R\$ 58.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
							R\$ 162.000,00		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Esse fato causa estranheza, suspeita de tráfico de influência e direcionamento de contrato, uma vez que a empresa responsável pela montagem da infraestrutura, contratada por dispensa de licitação, é parceira da empresa **Barnabé Produções e Fabrício Portugal – ME**, de propriedade do sr. **Fabrício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais e da empresa **Estilo Som e Luz**, cujo proprietário é o sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, que antes de assumir o mandato, transferiu as suas cotas de participação para seu filho, Aydan Ravin Brischi, mas é o controlador e responsável pela mesma, inclusive usando de tráfico de influência para locações da empresa **Estilo Som e Luz** e da empresa **Lyllis Eventos**, de propriedade da sra. **Elaine Ravin Brischi**, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Primeira Dama do município e Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Monte Mor, fato esse que caracteriza infração político administrativa.

O fato que chama atenção neste caso não é o valor da despesa, mas a **duplicidade da mesma**, pois, já existia uma residência locada com a destinação “Casa Covid” que foi gasto R\$ 24.931,96 de setembro de 2020 até dezembro de 2021 incluindo até um pagamento indenizatório que comprova a duplicidade da despesa e que se encontra fechada desde janeiro de 2021, sem qualquer uso e, ainda assim, foi feita a locação de uma tenda com valor superior, que totaliza R\$ 167.000,00, aumentando o gasto com um local na casa de **569,82%**. Fato esse que merece atenção e investigação.

Outro fator que chama a atenção nos relatórios é que, o CNPJ 02137699000161 (único caso nas informações reportadas para o TCE que o CNPJ da pessoa jurídica diverge), não diz respeito a empresa VERTICAL INFRAESTRUTURA P/ EVENTOS LTDA, pois esta possui o CNPJ 01586844000129.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.137.899/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/08/1997
NOME EMPRESARIAL JAMPY SERVICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) JAMPY			
PORTO ME			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.29-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.29-0-03 - Aluguel de jipes, colinas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 83.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
COMPLEMENTO R REVERENDO WILLYBALDO PERALTA ALVES		NÚMERO 98	COMPLEMENTO NÚMERO
CPF 13.343-803	INSCRIÇÃO JARDIM EL DORADO	MUNICÍPIO INDAIALUBA	UF SP
E-MAIL ELETRÔNICO ADM@JAMPY.COM.BR		TELEFONE (19) 7412-4559	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) NOME			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL NOME		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 03/11/2005	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.586.844/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/12/1998
NOME EMPRESARIAL VERTICAL ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VERTICAL			
PORTO ME			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL NÃO INFORMADA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS NÃO INFORMADA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
COMPLEMENTO NOME	NÚMERO NOME	COMPLEMENTO NOME	NOME
CPF NOME	INSCRIÇÃO NOME	MUNICÍPIO NOME	UF NOME
E-MAIL ELETRÔNICO flamacental@terra.com.br		TELEFONE (19) 3272-3533 / (19) 3735-042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) NOME			
SITUAÇÃO CADASTRAL INATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/08/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSÃO DE DECLARAÇÕES			
SITUAÇÃO ESPECIAL NOME		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL NOME	

## DENUNCIA 2

Como já mencionado, o município de Monte Mor possui uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, instalada no Jardim Paulista, região de grande concentração de pessoas da região periférica.

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA, apresentava situação irregular junto ao Ministério da Saúde, fato esse que perdura até a presente data. Porém sob a orientação do sr. **Marco Aurélio Gouveia da Silva**, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, para que o sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, deveria dar prosseguimento com as obras, na entrega da mesma e na sua abertura. Uma vez que o município poderia vir a ser penalizado junto ao Governo Federal, pela falta de documentação e cumprimento dos prazos perante o próprio Ministério da Saúde, de acordo com o termo de convenio.

Sendo estabelecido o mês de julho de 2021 para sua inauguração, sem qualquer critério de ordem técnica, mas por pura insistência, e determinação do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Desta maneira, a empresa **RW Engenharia Ltda.** foi contatada para dar prosseguimento do remanescente da obra e entrega da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. O fato é que existia uma dívida anterior e não paga com a citada empresa, desde 2020, por falta de entrega na medição. Quem renegociou as dívidas anteriormente contraídas foi o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, juntamente com o sr.



**Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública e, desta forma, as obras foram retomadas e o valor da dívida foi quitado por indenização, pago com recursos do Tesouro Municipal, em uma obra cujo os recursos deveriam ser do convenio com o governo Federal. Para que fosse feito o atestado de medição e entregue o Termo de Conclusão da Obra, o que é absolutamente irregular neste caso, uma vez que os valores do repasse federal, já haviam se esgotado, não restando saldo à pagar, além de abastecer os dados e juntado documentos na plataforma eletrônica do Ministério da Saúde, para torná-la regular, fato esse que não obteve êxito.

Como o prazo estabelecido foi o mês de julho de 2021, a **CISMETRO – Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas - Norte**, a prefeitura, da qual é signatária do referido Consórcio, solicitou a contratação de médicos e equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) para o funcionamento da UPA.

Do fato se tem que, com uma falta de planejamento, o prazo de entrega não pôde ser cumprido, contudo os médicos e a equipe de enfermagem foram contratados pela empresa credenciada pelo CISMETRO, no caso a empresa: **UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda.**

A UPA foi inaugurada em **30 de setembro de 2021**, os médicos foram contratados em agosto de 2021, deste modo, em setembro, os médicos e equipe de enfermagem deveriam ser pagos pela prefeitura, o que ocorreu, **SEM QUE TENHA HAVIDO QUALQUER ATENDIMENTO NA UPA!.** Deste modo ficando todos sem trabalhar, mas recebendo seus salários, em claro e evidente o prejuízo ao erário municipal e o cometimento do crime de responsabilidade como tipifica no arti 1º incisos I, II, III o decreto lei 201/67, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

(...)





E penalizados nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º do decreto lei 201/67 que assim descreve: **§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.**

Neste diapasão, o fato acima tipificado independente das ações judiciais importam no procedimento definido no artigo 4º do decreto lei 201/67, que assim define:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...)

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

(...)

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Ensejando, portanto, a aplicação do artigo 5º do mesmo decreto lei 201/67, e seus inciso que define o rito processual para aplicação da norma na Comissão Processante CP.

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os




quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua



defesa oral; (Redação dada pela Lei nº 11.966, de 2009).

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Importante deixar claro que a CISMETRO presta serviços de atendimento médico em algumas UBS's do município, o que explica o valor gasto desde a adesão ao sistema do Consórcio, além da locação de veículos que prestam serviços à Secretaria Municipal de Saúde, mas houve um aumento significativo de contratados nos meses de julho a novembro do ano de 2021, o que não condiz com a efetividade de atendimento e as diversas reclamações dos usuários do SUS, justamente por falta de médicos na rede municipal de saúde. (Código da ação 1133 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional CORONAVIRUS (COVID19)).

Reside aí, conforme documentos anexos, **FLAGRANTE SUSPEITA DE DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO!!!**

- Pagamentos do CISMETRO no ano de 2020 (JAN a DEZ) da SAÚDE



id_despesa de ano_exerc mes_refer mes_ref_ex				nr_empenh		dt_emissao					
talhe	icio	ancia	tenso	tp_despe	o	identificador_despesa	ds_despesa	ds_despesa	vi_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recur
474564087	2020	6 Junho	Valor Pago	4912-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	22/06/20	R\$	39.361,54	SAUDE	TESOURO
47700709	2020	7 Julho	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	07/07/20	R\$	16.753,83	SAUDE	TESOURO
48004683	2020	8 Agosto	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/08/20	R\$	16.089,09	SAUDE	TESOURO
48267465	2020	9 Setembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/20	R\$	15.760,27	SAUDE	TESOURO
485510269	2020	10 Outubro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	09/10/20	R\$	18.017,90	SAUDE	TESOURO
488374680	2020	11 Novembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	04/11/20	R\$	16.142,36	SAUDE	TESOURO
491403373	2020	12 Dezembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	21/12/20	R\$	14.183,93	SAUDE	TESOURO
491404257	2020	12 Dezembro	Valor Pago	4945-2020	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/20	R\$	18.027,62	SAUDE	TESOURO
									R\$	154.336,55	

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

#### • Pagamentos do CISMETRO no ano de 2021 (JAN a DEZ) da SAÚDE

Relatório de Despesas do Consórcio Intermunicipal de 2021 (JAN a DEZ) da SAÚDE												
id_despesa_de	ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	o	Identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recur	
talhe	icio	ancia	tenso	tp_despe	o	Identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recur	
512368062	2021	2 Fevereiro	Valor Pago	1147-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/02/21	R\$	37.113,07	SAUDE	TESOURO	
515273276	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	17/03/21	R\$	1.240,00	SAUDE	TESOURO	
515273793	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	04/03/21	R\$	18.133,54	SAUDE	TESOURO	
515274094	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	26/03/21	R\$	4.297,04	SAUDE	TESOURO	
515274607	2021	3 Março	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	31/03/21	R\$	41.902,32	SAUDE	TESOURO	
519862763	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	11/05/21	R\$	8.080,00	SAUDE	TESOURO	
519863692	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	12/05/21	R\$	47.622,40	SAUDE	TESOURO	
519863701	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	28/05/21	R\$	9.280,00	SAUDE	TESOURO	
519864078	2021	5 Maio	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	24/05/21	R\$	5.990,98	SAUDE	TESOURO	
522678652	2021	6 Junho	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/06/21	R\$	3.927,64	SAUDE	TESOURO	
522678802	2021	6 Junho	Valor Pago	4250-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	09/06/21	R\$	41.510,03	SAUDE	TESOURO	
525664005	2021	7 Julho	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	06/07/21	R\$	5.944,28	SAUDE	TESOURO	
525664665	2021	7 Julho	Valor Pago	5689-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/07/21	R\$	58.284,55	SAUDE	TESOURO	
525662535	2021	7 Julho	Valor Pago	5700-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	30/07/21	R\$	82.900,00	SAUDE	TESOURO	
525664353	2021	7 Julho	Valor Pago	5044-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$	10.100,00	SAUDE	TESOURO	
525664690	2021	7 Julho	Valor Pago	5043-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$	11.094,73	SAUDE	TESOURO	
525664709	2021	7 Julho	Valor Pago	5045-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	02/07/21	R\$	50.662,59	SAUDE	TESOURO	
525630008	2021	8 Agosto	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	25/08/21	R\$	48.068,72	SAUDE	TESOURO	
525630240	2021	8 Agosto	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	05/08/21	R\$	1.981,40	SAUDE	TESOURO	
525630274	2021	8 Agosto	Valor Pago	1842-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	25/08/21	R\$	1.977,80	SAUDE	TESOURO	
525631800	2021	8 Agosto	Valor Pago	5214-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	04/08/21	R\$	24.192,31	SAUDE	TESOURO	
531576834	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	29/09/21	R\$	198.848,33	SAUDE	TESOURO	
531571108	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/21	R\$	65.121,75	SAUDE	TESOURO	
531571186	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/09/21	R\$	33.832,11	SAUDE	TESOURO	
534620523	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	341.439,60	SAUDE	TESOURO	
534621522	2021	10 Outubro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	54.099,09	SAUDE	TESOURO	
534621551	2021	10 Outubro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	311.035,76	SAUDE	TESOURO	
534622229	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/10/21	R\$	35.326,56	SAUDE	TESOURO	
534622292	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	54.069,09	SAUDE	TESOURO	
537642362	2021	11 Novembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	19/11/21	R\$	23.233,84	SAUDE	TESOURO	
541316971	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	19/11/21	R\$	1.324,47	SAUDE	TESOURO	
541318203	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	50.000,00	SAUDE	TESOURO	
541318209	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/21	R\$	117.150,73	SAUDE	TESOURO	
541318290	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	54.127,16	SAUDE	TESOURO	
541319546	2021	12 Dezembro	Valor Pago	10527-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	13.806,10	SAUDE	TESOURO	

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

#### • Pagamentos do CISMETRO no ano de 2021 (SET a DEZ)

ANEXO 1 - DESPESAS DE CAPITAL NO ANO DE 2021 (SET A DEZ)												
id_despesa_de_ano_exerc		mes_refer		mes_ref_ex		nr_empenh		dt_emissao				
talhe	icio	ancia	tenso	tp_despe	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	despesa	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recur
531570834	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	29/09/21	R\$	198.848,33	SAUDE	TESOURO	
531571108	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/09/21	R\$	65.121,75	SAUDE	TESOURO	
531571186	2021	9 Setembro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/09/21	R\$	33.832,11	SAUDE	TESOURO	
534620523	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	341.439,60	SAUDE	TESOURO	
534621522	2021	10 Outubro	Valor Pago	6519-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	54.099,09	SAUDE	TESOURO	
534621551	2021	10 Outubro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	27/10/21	R\$	311.035,76	SAUDE	TESOURO	
534622229	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	20/10/21	R\$	35.326,56	SAUDE	TESOURO	
534622292	2021	10 Outubro	Valor Pago	7917-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	54.069,09	SAUDE	TESOURO	
537642362	2021	11 Novembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	08/10/21	R\$	24.233,84	SAUDE	TESOURO	
541316971	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	19/11/21	R\$	1.324,47	SAUDE	TESOURO	
541318203	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	50.000,00	SAUDE	TESOURO	
541318209	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	01/12/21	R\$	117.150,73	SAUDE	TESOURO	
541318290	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	54.127,16	SAUDE	TESOURO	
541318680	2021	12 Dezembro	Valor Pago	10527-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	23/12/21	R\$	13.806,10	SAUDE	TESOURO	
541319546	2021	12 Dezembro	Valor Pago	8542-2021	CNPJ - PESSOA JURIDICA	19- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAU	15/12/21	R\$	136.351,88	SAUDE	TESOURO	
									R\$	1.435.707,38		

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

O que chama a atenção não é unicamente o fato dos gastos terem sido 1.648,05% superiores ao mesmo período de 2020, mas sim a concentração de pagamentos no momento em que os casos começaram a cair drasticamente.



Somente nos meses de setembro a dezembro de 2021 os gastos superam em muito todo o montante de pagamentos do ano de 2020 (período de 2020 – R\$ 154.336,55, frente a setembro a Dezembro/2021 – R\$ 1.435.707,38 – **830,24%** superior). Não podendo essa Câmara Municipal se abster de investigar e punir nos termos da lei o desvio das verbas públicas sem a devida prestação dos serviços.

Portanto nobres vereadores esta tipificado a ofensa a norma legal pelo Prefeito Municipal devendo responder pelos danos e com a perda do mandato como acima descrito pela norma federal.

### **DENUNCIA 3**

No município existe um **HOSPITAL** administrado pela Associação **Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, e não faz parte da estrutura administrativa da Prefeitura de Monte Mor.

Foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor e a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, o Termo de Colaboração nº 04/2021, aprovado na Câmara Municipal de Monte Mor/SP e que no ano de 2021 foi estabelecido o repasse de R\$ 12.000.000,00, além de um aditamento, também votado e aprovado pela Câmara Municipal, no valor de R\$ 2.200.000,00, basicamente para o pagamento dos profissionais de saúde no atendimento da saúde pública do município. Frisa-se que é o único hospital no município, para atendimento de baixa e média complexidade.

É de conhecimento notório e, portanto, da atual administração, a precariedade dos serviços prestados pelo Hospital, dadas as inúmeras reclamações dos usuários do sistema. Além disso, as contas apresentadas não são transparentes, apresentando um déficit orçamentário que cresce ano a ano, apesar de a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus estar sob intervenção judicial e as contas devem ser prestadas também ao judiciário.

Desta maneira, ao assumir o governo municipal, era ponto pacífico a necessidade de uma nova intervenção judicial e administrativa para que a oferta dos serviços públicos de saúde não fosse prejudicada, bem como o dinheiro público fosse bem empregado.

Optou-se por planejar uma nova intervenção, de forma imediata e, para isso, houve a contratação de um escritório de advocacia para os estudos necessários dos





meios legais para tanto. Houve, inclusive, reuniões com o Juiz da Comarca de Monte Mor, Dr. Gustavo Nardi, para que ele tivesse ciência desta necessidade.

Os valores de repasse para a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, na época do pico da pandemia e da montagem da “Tenda Covid”, aumentaram de forma alarmante. Dos valores repassados para a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, parte referiam-se a valores de verbas federais de combate à Covid-19. **Não se está falando aqui no repasse de subvenção**, mas a pactuação da Prefeitura de Monte Mor com a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus para atendimento de pacientes do SUS.

Estranhamente, ao diminuir os casos de Covid-19, a partir de agosto de 2021, a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus começou a receber repasses cada vez maiores. (Código da ação 1133 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional CORONAVIRUS (COVID19)).

• **Pagamentos ao HOSPITAL BEN. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS nos anos de 2020 (JAN a DEZ)**

id_despesa	de	ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
46359080	2020	4	Abril	Valor Pago	3829	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	30/04/20	R\$	150.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
463590737	2020	4	Abril	Valor Pago	3828	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	30/04/20	R\$	50.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
474646206	2020	6	Junho	Valor Pago	4544	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	01/06/20	R\$	82.190,05	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
474647067	2020	6	Junho	Valor Pago	4739	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	09/06/20	R\$	150.860,05	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
468275312	2020	11	Novembro	Valor Pago	8942	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	25/11/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO
468275742	2020	11	Novembro	Valor Pago	8607	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	06/11/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO
491402364	2020	12	Dezembro	Valor Pago	9451	2020	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	04/12/20	R\$	82.500,00	SAÚDE	TESOURO
										R\$	725.550,10	

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

• **Pagamentos ao HOSPITAL BEN. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS nos anos de 2021 (JAN a DEZ)**

id_despesa	de	ano_exerc	mes_refer	mes_ref_ex	nr_empenh	o	identificador_despesa	ds_despesa	dt_emissao	vl_despesa	ds_funcao_govern	ds_fonte_recurso
522679012	2021	6	Junho	Valor Pago	4764	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	30/06/21	R\$	20.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
525664634	2021	7	Julho	Valor Pago	5120	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	04/07/21	R\$	380.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
526530016	2021	8	Agosto	Valor Pago	6078	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	05/08/21	R\$	350.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
534622504	2021	10	Outubro	Valor Pago	7915	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	08/10/21	R\$	220.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
534622562	2021	10	Outubro	Valor Pago	8254	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	31/10/21	R\$	455.000,00	SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS E O
537844001	2021	11	Novembro	Valor Pago	8883	2021	CNPJ - PESSOA JURÍDICA - 521 ASSOC. HOSP. BEN. SDO. CORAÇÃO DE	05/11/21	R\$	196.000,00	SAÚDE	TESOURO
										R\$	1.621.000,00	

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Enfatizando a má utilização dos recursos federais frente ao combate da COVID-19, temos os repasses feitos a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus. Enquanto no ano de 2020 a administração direcionou R\$ 725.550,10. A atual administração no ano de 2021, direcionou inacreditáveis, R\$ 1.621.000,00.

No mês de outubro de 2021 tivemos 62 casos confirmados de covid-19 e foram repassados para esta associação o montante de R\$ 675.000,00, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 10.887,10 por caso confirmado.




No histórico da despesa de R\$ 196.000,00 pagos em novembro/2021, interessante foi que este pagamento foi a única parcela paga em 2021 com recursos do Tesouro, mês que tivemos segundo a própria Prefeitura Municipal de Monte Mor, apenas 21 casos de covid, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 9.333,33 por caso confirmado.

Segue histórico da despesa **537844001** – “EMPENHO CONFORME OFICIO N 023/2021 DO DEPTO DE CONVENIOS DE 14/10/2021, QUE SOLICITA O ESTORNO DA LIQUIDACAO 10358/2021 E ORDEM DE PAGAMENTO 11452/2021, REFERNETE EMPENHO 434/2021, E EMISSAO DE NOVO EMPENHO PARA REGULARIZACAO, CONFORME AS SEGUINTE INFORMACOES: EMPENHO REF AO PAGAMENTO DE ADITAMENTO DO TERMO DE COLABORACAO N 04/2021 E LEI N 2793 DE 14/01/2021, FIRMADO COM A ASSOCIACAO HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS, QUE TEM CERTO E AJUSTADO POR OBRIGACAO, O FORNECIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENCAO DO EQUILIBRIO ECONOMICO FRENTE AO AUMENTO EXPONENCIAL DOS SERVIÇOS HOSPITALARES PRESTADOS PELA MESMA, DEVIDO A PANDEMIA MUNDIAL DE INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVIRUS E OFICIO 071/2021 DA ASSOC HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS ESTORNO DE ORDEM DE PAGAMENTO N 11452/2021 E LIQUIDACAO 10358/2021 DE 02/09/2021, POIS FOI EMITIDO NA FICHA 629, INFORMADA INDEVIDAMENTE PELA SECRETARIA DE SAUDE, CONFORME OFICIO S/N DE 03/09/2021.

Há de se notar que com a abertura da UPA, em 30 de setembro de 2021, o processo de intervenção foi abortado, sem qualquer explicação a pedido do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Não há que falar em respeito as normas da administração pública pelo prefeito municipal de Monte Mor do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, pois o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus passou a ser o gestor da UPA, amparado em um termo de aditamento ao Termo de Colaboração nº 05/2021, firmado com a Administração Pública Municipal em 23 novembro de 2021, com vigência até 22/12/22 (14 meses), sou seja, tempo superior ao Contratos Administrativos, estabelecido na Lei 8.666/1993, em flagrante desrespeito à Lei Federal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, tipificando assim a negação a lei vigente ofendendo o princípio constitucional da legalidade definido no artigo 37 da





Constituição Federal, cometendo mais uma vez Crime de Responsabilidade, passivo de cassação do mandato eletivo pela Câmara Municipal.

## DENUNCIA 4

Conforme já mencionado, a **Unidade de Pronto Atendimento – UPA, construída com verba federal do Ministério da Saúde**, era uma obra herdada da gestão anterior e cercada de irregularidades, que podem ser comprovadas no convênio estabelecido.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor fez inclusive uma “live” em sua conta pessoal do Facebook, no dia 01/01/2021, mostrando o estado em que se encontrava a obra.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, então, estabeleceu o prazo de julho/2021 para que a UPA fosse concluída e inaugurada, inclusive divulgando essa notícia em uma “live” em sua página pessoal do Facebook.

Dessa maneira, **ordenou**, como é seu modus operandis , **a contratação da equipe de médicos e enfermeiros junto ao Cismetro, mesmo não sendo possível a inauguração por ainda não ter sido concluída a obra.**

### E ASSIM FOI FEITO

Os médicos foram contratados em agosto/2021, bem como a equipe de enfermagem, conforme quadro abaixo, também em agosto/2021 em sua maioria, para atuar na unidade nova, programada para a inauguração, cujos documentos, seguem anexo à presente DENÚNCIA.



RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS CLT - UNISAUDE 2021

FUNCIONÁRIO:	CARGO:	TURNO:	BRUTO (COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS):	DATA ADMISSÃO:	45 DIAS EXPERIÊNCIA:	90 DIAS EXPERIÊNCIA:
1 Alexia Olivato	ENFERMEIRO	08:00 - 17:00	R\$ 11.816,30	23/07/2021	06/09/2021	20/10/2021
2 Andreia Cristina da Costa	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
3 Andreia Alves de Farias	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
4 Fernanda Almeida de Brito Cruz	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
5 Fernanda Apolinaria da Silva	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
6 Juliane Almeida da Silva	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
7 Laiana Carolina Zanon Feitosa	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
8 Rosângela de Souza Gutierrez	ENFERMEIRO	DIA	R\$ 6.364,50	02/10/2021	16/11/2021	31/12/2021
9 Thais Silva de Souza Lopes	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
10 Thaisi Locatelli Amorim	ENFERMEIRO	NOITE	R\$ 6.364,50	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
11 Aline Negrão de Oliveira	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
12 Andre Luis Orlandini de Oliveira	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
13 Andre Martins Teixeira	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
14 Andreia Camargo Rodrigues Marcelino	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
15 Antonio Carlos Gomes da Hora	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
16 Carlos Machado da Silva	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
17 Daniela Ferreira da Rocha	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
18 Elaine Cristina da Silva Ismerio	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
19 Elizeu Soares da Costa	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
20 Gleidiane Muniz de Souza	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
21 Gustavo Valim de Souza da Silva	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
22 Henrique de Assis Campos	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
23 Herbert Roberto de Sousa	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
24 Isabelle Silva Cavalcante	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
25 Jeniffer Suellen dos Santos Melo	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
26 Luana Kahthleen Silva Duran	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	01/10/2021	15/11/2021	30/12/2021
27 Marcos Aurelio Izidoro	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
28 Marcos Roberto do Nascimento	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
29 Marielle Affonso Geremias	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
30 Mislene Carla Correa dos Santos	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
31 Roselaine Lucineia Kime Sakada	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
32 Rosemeire Aparecida Silva	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
33 Roseneide Bilatti da Cunha	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
34 Thais Franklin da Silva	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
35 Valtier Aparecido Rangel	TÉCNICO ENFERMAGEM	NOITE	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
36 Zelia Rocha de Souza	TÉCNICO ENFERMAGEM	DIA	R\$ 3.838,69	20/08/2021	03/10/2021	17/11/2021
			R\$ 168.902,74			

A UPA finalmente foi inaugurada em 30 de setembro de 2021, com ampla cobertura da mídia.

Mesmo não tendo trabalhado desde julho/2021, os médicos receberam parte de seus pagamentos.

Em 09 de novembro de 2021, o Conselho Municipal de Saúde de Monte Mor fez uma vistoria técnica na Unidade de Pronto Atendimento – UPA João Brischi.

Nessa visita, conforme relatório anexo à presente denúncia, constatou-se que a equipe de enfermagem estava em plena atividade laboral.

Foi, então, solicitada a relação dos profissionais credenciados para o efetivo trabalho naquela Unidade de Pronto Atendimento, suas fichas funcionais e contrato de trabalho. Desta forma, conforme anexo que acompanha a presente **DENÚNCIA**, constatou-se a irregularidade e foi encaminhado ofício do Conselho Municipal de Saúde, cuja cópia também encontra-se anexo à esta **DENÚNCIA**, para a Prefeitura



Municipal de Monte Mor, com perguntas para esclarecimento dos fatos apontados como irregulares.

Verificando-se a resposta apresentada na figura do Dr. Mário Cézar Franco Junior, Procurador Geral do Município de Monte Mor, ela é no mínimo fantasiosa e, na sua essência, faltando com a verdade, numa clara tentativa de proteger o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, mas não o exime do crime de prevaricação, previsto em nosso ordenamento jurídico, e seu conceito se encontra no art. 319 do Código Penal. Esse crime é praticado dentro da administração pública e se dá pela prática do agente público de não fazer ou retardar algo para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ou seja, na ânsia de abrir ao público a UPA, por seu próprio interesse, o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, burlou as leis vigentes, não estabelecendo contrato formal com o **CISMETRO** ou qualquer outro meio legal disponível para a contratação e utilização da equipe de enfermagem, preferindo atuar à margem da Lei.

Essa relação ilegal acima apontada, entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor, por seu Prefeito Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, o **CISMETRO** e a **Unisaúde – Serviços Médicos Ltda.**, é comprovada pelos anexos que compõem a presente **DENÚNCIA**, com a relação da equipe de enfermagem constatada pelo relatório do Conselho Municipal de Saúde, com a ficha dos enfermeiros e técnicos de enfermagem fornecidos pelo próprio funcionário da UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda. e pelo contrato de trabalho desses mesmos profissionais e do ofício do Conselho Municipal de Saúde e resposta da Prefeitura Municipal de Monte Mor, documentos esses, que fazem parte desta e seguem anexo.

Que comprovam de forma cabal **O DIREITO TUTELADO OFENDIDO**

As infrações político administrativas cometidas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor e que estão sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal de Vereadores, que podem cassar o mandato, estão contidas no Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, em seu Art. 4º e no artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor.

Os atos praticados pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, está enquadrado no inciso VIII do artigo 4º do citado Decreto Lei nº 201/1967, bem como no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, por

negligenciar os interesses do Município perante a administração pública municipal, ao realizar a contratação irregular de profissionais da área de enfermagem para a realização de serviços junto à Unidade de Pronto Atendimento – UPA, sem o devido processo legal para contratação dos mesmos, em período anterior à abertura desta mesma UPA, 30 de setembro de 2021, gerando dívidas com empresa prestadora de serviços e os referidos profissionais, conforme relatório do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante da presente.

A negligência, do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, também está enquadrado no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, efetuou os pagamentos de serviços não executados, ou seja promoveu vantagem indevida a que não prestou serviços causando prejuízo ao erário e ainda feriu de morte a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

O prefeito, é o ordenador de despesas e portanto o agente público responsável por autorizar o pagamento dos serviços prestados à Administração Pública, exarando o despacho para a expedição da ordem bancária, nos moldes da Lei nº 4.320/1964.

Ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio (§ 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 200/67). Também pode ser caracterizado como a autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos (IN/DTN nº 10/91).

É sabido que o ordenador deve ter sempre presente, quando vai efetuar um pagamento, que essa é a terceira etapa da realização de despesa – 1º - “empenho”, 2º - “liquidação” - e que a mesma já se encontra definida em termos de classificação de contas. Mas é preciso que ele tenha em mãos, nesse caso, as provas do pedido dos serviços requeridos ao CISMETRO e o comprovante de execução dos serviços pelo CISMETRO. Como poderia ter os serviços executados na UPA, se ela não



estava em funcionamento.

Outra norma ignorada pelo Sr. Prefeito é o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que prevê: “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”.

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, não instituiu legalmente um fiscal de contrato para auxiliar e fiscalizar a execução do contrato, o que chama pra si, toda responsabilidade pelos atos praticados, não havendo como criminalizar terceiros e nem mesmo para culpá-los.

Não nomeou qualquer membro da Administração Pública para coordenar e acompanhar as ações na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, conforme o estabelecido no Plano de Trabalho apresentado ao Conselho Municipal de Saúde de Monte Mor e Lei Federal que a fundamenta.

Na esteira de sua dolosa negligência, o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, enquadra-se ainda no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, ao estabelecer contrato irregular junto à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, em prazo superior ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, fere o disposto na própria Lei Federal, e ainda a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

### **DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto e dos fatos relatados e devidamente comprovados com provas objetivas e cabais das ofensas às disposições legais e constitucionais ignoradas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, e com as contundentes provas devidamente produzidas e que se encontram anexas, **REQUER:**

1. Que a presente denúncias seja lida e votada na primeira sessão da Câmara Municipal de Monte Mor, subsequente a este protocolo, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, concomitante com o artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor;
2. Que os Vereadores desta Casa de Leis, diante das provas apresentadas e da gravidade dos fatos narrados, seja aprovada a recepção desta denúncia e a abertura da Comissão Processante, respeitando-se o devido processo legal, ao fim a **procedência da presente denuncia** em face do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi** Prefeito Municipal e a cassação de seu mandato eletivo;
3. Uma vez cassado seja de imediato editado decreto legislativo decretando a vacância do cargo em razão de cassação dando posse imediata ao sr. Vice-Prefeito Municipal;
4. Que a Câmara Municipal de Monte Mor comunique a justiça eleitoral da cassação do prefeito Municipal por crime de responsabilidade;
5. Seja encaminhado Copias de inteiro teor deste procedimento ao e Ministério Público do Estado de São Paulo, para que tome as providencias pertinentes com o intuito do ressarcimento aos cofres públicos dos prejuízos causados aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, além de instaura do devido Processo Penal.

Por derradeiro, fica a crença do cumprimento do dever de cidadão e, que os Nobres Vereadores desta Casa de Leis de Monte Mor, não se furtem cumprir seus deveres e responsabilidades elencadas em nossa "Constituição Cidadã", cumprindo com os princípios da administração pública e defendendo os munícipes no direito de ter uma saúde digna, e contra **Malversação Dos Recursos Públicos**.

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022



---

**ALEX SIMPLICIO FURTADO**

RG nº [REDACTED]

T.E. nº [REDACTED]



Seguem documentos do denunciante:

1. Cópia do documento de identidade;
2. Cópia do título de eleitor;
3. Cópia comprovante de endereço;

Anexo à presente, documentos comprobatórios que a respaldam.

- Ata notória
- **Anexo 1 - Relatório de Visita Técnica do Conselho Municipal de Saúde em 09/11/2021 – UPA**
- **Anexo 2 - Ofício do Conselho Municipal de Saúde com pedido de explicações junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor e resposta**
- **Anexo 3 - Ficha dos funcionários de enfermagem que prestavam serviços na UPA até a data da visita técnica do Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 4 - Contrato de Enfermeira UPA**
- **Anexo 5 - Contrato de Técnica de Enfermagem UPA**
- **Anexo 6 - Planilha de Internações COVID-19 – Hospital**
  - ✓ Anexo 6.1 – Março/2021
  - ✓ Anexo 6.2 – Abril/2021
  - ✓ Anexo 6.3 – Maio/2021
  - ✓ Anexo 6.4 – Junho/2021
  - ✓ Anexo 6.5 – Julho/2021
  - ✓ Anexo 6.6 – Agosto/2021
  - ✓ Anexo 6.7 – Setembro/2021
  - ✓ Anexo 6.8 – Outubro/2021
- **Anexo 7 – Declaração de prestação de serviços das UBS – Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 8 – Prestação de Contas do Hospital ao Conselho Municipal de Saúde / Tenda Covid**
- **Anexo 9 – Prestação de Contas da CISMETRO**
  - ✓ Anexo 9.1 – Agosto/2021
  - ✓ Anexo 9.2 – Setembro/2021
  - ✓ Anexo 9.3 – Outubro/2021
- **Anexo 10 – Projeto de Lei 156/2021 de Termo de Colaboração e Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA**
- **Anexo 11 – Lei 2891/2021 de Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA**

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022

  
\_\_\_\_\_  
**ALEX SIMPLICIO FURTADO**  
RG nº [REDACTED]  
T.E. nº [REDACTED]

# **PROCURAÇÃO**

## **AD/EXTRA JUDICIA**

Pelo presente instrumento particular de procuração **ALEX SIMPLICIO FURTADO**, brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de Monte Mor, T.E. nº [REDACTED], Seção [REDACTED], Zona [REDACTED], portador da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliado na Rua [REDACTED] [REDACTED], nº [REDACTED], [REDACTED], CEP [REDACTED], município de Monte Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone [REDACTED] nomeia e constitui como seu procurador o advogado **CLAUDIO ROBERTO NAVA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 252.610, com escritório à Rua Bernarda Luiz, nº 522, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “*ad-judicia / extra-judicia*”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando de recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para excepcionar, reconvir, transigir, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais e órgãos da administração pública direta e indireta, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, praticando os atos necessários para o bom desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, **especialmente para representá-lo nos atos da Comissão Processante instaurada na Câmara Municipal de Monte Mor.**

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022



**ALEX SIMPLICIO FURTADO**

RG nº [REDACTED]

T.E. nº [REDACTED]